

**POLÍTICA OPERÁRIA**

É Preciso Colocar em Pé uma Frente Única em Defesa da Vida das Massas

Neste momento, a maioria dos trabalhadores já voltou ao trabalho. A exceção ainda é a volta às aulas, apesar da ampla aplicação do ensino a distância e da definição da prova do ENEM em janeiro. Além disso, são milhões aqueles que perderam seus empregos e fontes de renda. Os empregados já são a minoria da população em idade de trabalhar. Também os micro, pequenos e médios comerciantes estão entre os que mais sentiram o peso da crise na pandemia: as empresas fechadas definitivamente ou temporariamente por conta da pandemia somavam na primeira semana de junho 518,4 mil pequenas, 4,1 mil médias e apenas 110 grandes, sendo que nenhuma das grandes foi fechada definitivamente.

Mas é diante desse cenário que os trabalhadores veem suas direções desviando o caminho da luta para o caminho eleitoral, com a política do impeachment e a frente ampla eleitoreira. A juventude se vê diante da mesma situação: as direções cantam “vitórias dos estudantes” diante da crise política que se passa no governo federal, mas não move uma palha no sentido de lutar pelas reais reivindicações da juventude, que estão diretamente ligadas às reivindicações da maioria explorada.

As correntes de esquerda, à exceção do POR, também não foram capazes de responder à política burguesa de isolamento

social. Capitularam diante das medidas aplicadas pelo governos de proteção ao grande capital e cantaram vitória com o auxílio emergencial, uma migalha que sequer chega ao valor do salário que eles próprios chamam de mínimo. Os mais de 2 milhões de infectados e mais de 70 mil mortos no Brasil mostram o caráter de classe do dito isolamento.

A crise econômica e pandêmica em todo o mundo está sendo descarregada sobre os explorados. A juventude não está separada desse quadro, sofre diretamente com os efeitos da crise. O desemprego e a perda da renda familiar atingem diretamente seus lares.

Está colocada a necessidade premente de levantar um gigantesco movimento em defesa da vida das massas. A classe operária, que é a classe revolucionária, deve dirigir um movimento de frente única que leve todos os oprimidos ao choque com a burguesia. A juventude deve fazer parte desse movimento.

Nada de frente ampla em defesa do impeachment de Bolsonaro, que só desvia a luta para as eleições!

Por em pé um movimento em defesa dos empregos, salários, diretos, saúde pública e a defesa da proteção dos micros, pequenos e médios produtores, serviços e comércio contra as quebras!

Mudança de Ministros não Reverte o Curso da Crise na Educação

A demissão de Abraham Weintraub foi mais um episódio da crise política interburguesa no Brasil. Em 15 de junho, o STF formou maioria a favor da manutenção do então ministro do MEC no inquérito das fake news que apura ataques ao STF. Dias depois, Weintraub foi exonerado do cargo e, imediatamente, fugiu para os Estados Unidos. Não sem antes revogar uma Portaria que estimulava Ações Afirmativas na Pós-Graduação, própria dos governos petistas, apesar de ter sido anulada depois.

Durante algumas semanas, outros políticos foram cotados para assumir a pasta. Indicado pelos militares, Carlos Decotelli foi nomeado como novo ministro em 25 de junho. Antes de tomar posse, porém, foi obrigado a pedir demissão devido à repercussão das contestações públicas de suas titulações e experiências falsas, bem como pela resistência da ala ideológica do governo, já que ele se propunha a ter um perfil técnico.

Após cotar diversos candidatos, como foi o caso de Renato Feder, que também foi questionado pela ala ideológica do bolsonarismo, Milton Ribeiro, militar da reserva e pastor presbiteriano foi escolhido em 10 de julho. No mesmo dia, Bolsonaro nomeou membros indicados por Weintraub para o Conselho Nacional de Educação (CNE), sem consultar as entidades reguladoras da política burguesa para a educação

como o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o que sinaliza um aspecto autoritário do governo. As decisões atenderam, principalmente, os interesses da ala ideológica do governo Bolsonaro.

Observa-se que as quedas de Abraham Weintraub e Carlos Decotelli, a definição de Milton Ribeiro como 4º ministro do MEC em menos de 3 anos de governo, e a nova composição do CNE não foram rupturas e não foram frutos de escolhas subjetivas, mas das disputas interburguesas em torno do governo fascistizante e de tendências bonapartistas de Bolsonaro. O essencial é entender o caráter burguês e as influências da crise política em cada medida tomada pelo governo.

A juventude oprimida precisa ter claro que qualquer político que assuma seguirá as ordens dos setores burgueses que o indicaram. Jamais defenderão, portanto, os interesses dos explorados. O troca-troca de Ministros da Educação não muda a tarefa da juventude oprimida que permanece em combater o governo e burguesia de conjunto com a defesa da expropriação dos monopólios da educação e a constituição de um sistema único de educação pública, gratuita, laica, científica e vinculada à produção social. ■

ENEM em Janeiro: mais uma Imposição Autoritária

Iludiu-se quem achou que o MEC respeitaria os apelos inofensivos das entidades estudantis e a opinião dos estudantes sobre a nova data para realização do ENEM.

UNE e UBES comemoraram como “vitória dos estudantes” a decisão de adiamento do exame anunciada em 20 de maio, sem questionarem em momento algum sobre a própria natureza antidemocrática do vestibular, um processo de exclusão da maioria pobre do ensino superior. Limitaram-se a dizer que adiar o ENEM era necessário para “diminuir o abismo entre as classes sociais no Brasil” e que significa ter sensibilidade para o momento. Como se o adiamento fosse resolver o fato de 3 a cada 4 inscritos não terem sequer internet em casa para estudar (dados do próprio INEP/2019). Ou como se bastasse e fosse possível reduzir o abismo, que sempre existiu independente da pandemia, e só vem se aprofundando diante da crise econômica.

Para piorar, o INEP promoveu em junho uma enquete em que os inscritos escolheriam fazer as provas em dezembro, janeiro ou maio. O ex-ministro Abraham Weintraub chegou a declarar que se tratava de uma forma democrática de decidir sobre a prova, mas tudo não passou de um embuste. O MEC ignorou o resultado, onde a maioria dos 19% de estudantes que conseguiram votar escolheram: maio/2021; e determinou que o exame será em janeiro, justificou que a data escolhida seria inviável por atrasar o calendário das universidades (certamente dos cursinhos por consequência). A decisão autoritária escancarou assim a farsa, mostrando que a decisão não é pautada pela necessidade dos estudantes, mas sim pela necessidade dos capitalistas da educação.

Ao se mostrarem surpresas nas redes sociais pelo fato do MEC ter ignorado a consulta, as entidades estudantis mostram sua impotência política. Afinal, o que esperavam deste governo? As campanhas passivas, individualistas (virtuais), distracionistas só têm como resultado a derrota.

O Enem, como mais um vestibular, é antidemocrático de todas as formas e em qualquer data. Funciona como instrumento regulador de quem deve seguir os estudos e quem deve ficar de fora: via de regra, os pobres e miseráveis. Ainda assim é preciso deixar claro que a consulta popular deve ser respeitada. Abaixo o autoritarismo do MEC! Que se mantenha a data escolhida pelos estudantes.

Que as entidades e os grêmios estudantis abandonem a conciliação, convoquem as assembleias, elaborem uma plataforma de reivindicações e organizem a luta com o método da ação direta. As reivindicações devem partir das mais imediatas, como a manutenção da data escolhida na consulta e o rechaço ao ensino à distância, mas deve elevar-se aos problemas estratégicos da juventude: a defesa da educação pública, o fim do vestibular e o acesso universal da juventude ao ensino superior! Abaixo o ensino privado, expropriação sem indenização de toda rede privada de ensino sob o controle dos que estudam e trabalham! Emprego e salário para todos os jovens! Nenhum jovem fora da escola, nenhum jovem fora da produção social. ■

Divulgue e participe do Boletim Juventude em Luta. É um Boletim que vive apenas da contribuição de seus militantes, juventude oprimida e trabalhadores. Contribua também! Participe denunciando sua situação. Envie pelo WhatsApp: (11) 99990-3179.



Viva a Greve de Fome dos Professores Bolivianos!

EM DEFESA DA EDUCAÇÃO, SAÚDE E TRABALHO!

Professores das cidades de Oruro, La Paz, Sucre e Cochabamba estão, neste momento, há 18 dias em greve de fome. O POR boliviano tem dirigido e impulsionado este movimento e chama os professores de outras regiões a se levantarem em luta contra os ataques do governo sobre a educação. Suas reivindicações principais são: equipamentos de saúde para enfrentar a pandemia; revogação do “Decreto Supremo 4260”, que avança a privatização da educação e o ensino à distância - em defesa da educação pública e gratuita; fora ministro da educação Víctor Hugo Cárdenas; internet gratuita para todos os professores e estudantes - estatização das empresas Tigo e Viva; contra as demissões e rebaixamento salarial dos trabalhadores.

O boletim Juventude em Luta apoia a greve de fome dos camaradas bolivianos e chama os professores e a juventude com consciência de classe no Brasil a levantar um grande movimento de luta, afinal os problemas que eles enfrentam lá não são diferentes dos problemas daqui. ■

Demissão de 186 Professores Temporários

No dia 3 de julho, o prefeito Paulo Emídio, do município de São Gonçalo do Amarante (SGA), no Rio Grande do Norte, região metropolitana de Natal, por meio do decreto nº 1225/20, resolveu rescindir o contrato de 186 temporários, com a desculpa da pandemia. O contrato dos temporários se encerraria no dia 31 de dezembro. Os professores temporários sustentam parte do funcionamento da educação pública na cidade.

O POR tem atuado junto aos professores, temporários e efetivos, na luta pela reintegração dos docentes. Nos atos e manifestações organizadas na cidade temos apontado que as demissões são consequência imediata da implantação do EaD durante a pandemia. Isto deve servir de lição para todos os trabalhadores da educação. O ensino à distância é o canal para a privatização, mercantilização e redução dos postos de trabalho na educação.

A luta dos professores temporários de SGA/RN, assim como os diversos movimentos que vêm ocorrendo, confirmam a linha geral do POR de que, com ou sem pandemia, as massas estão obrigadas a ir às ruas em defesa de seus empregos, salários e saúde. Evidencia o quão danoso é o abandono por parte das centrais e partidos, que se submetem à política burguesa do isolamento social e têm, com isso, isolado politicamente os movimentos, que despontam durante a pandemia, assim como deixado os explorados à mercê das arbitrariedades dos patrões e governos.